

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA¹

Cornélio Silvano Vilarinho Neto²

RESUMO

A formação da Geografia tem sua origem na Antiguidade, ou seja, com o aparecimento do homem na face da terra. Rompendo os obstáculos, o homem deixou seu vestígio em toda parte do globo terrestre. Com o desenvolvimento técnico, o homem foi capaz de transformar a natureza e produzir elementos vitais à sua sobrevivência, diminuindo, assim, a necessidade de constantes deslocamentos. Nota-se que a Geografia desde sua origem despertou a atenção, no campo prático, de navegadores, militares, comerciantes e, no campo intelectual, de matemáticos, filósofos, entre outros. O conhecimento geográfico produzido até o século XVIII encontra-se disperso, e, falar de Geografia, como um todo organizado até então é difícil; pois, a sistematização do conhecimento geográfico só ocorreu a partir do século XIX, momento em que a investigação científica aproximou a Geografia das ciências humanas. Mas foi somente a partir da segunda metade do século XX que aconteceu, com todo vigor, a revolução no campo do conhecimento geográfico, com a introdução da quantificação no ensino da Geografia. Porém, no bojo dessa revolução surge a necessidade de um novo enfoque conceitual como, também, da adoção de novos paradigmas, tendo como objetivo a consolidação da Geografia entre as ciências sociais críticas.

Palavras-chave: Geografia, evolução, sistematização, conhecimento, ciência humana.

RÉSUMÉ

La formation de la géographie a son origine dans l'antiquité ou pour ainsi dire avec l'apparition de l'homme à la surface de la terre. C'est en rompant les obstacles que l'homme a laissé ses vestiges sur la totalité du globe terrestre. Avec le développement technique, l'homme a été capable de transformer la nature et de produire les éléments vitaux à sa survivance en diminuant ainsi le besoin de déplacements constant. On remarque que la géographie depuis son origine a attiré l'attention, dans le domaine pratique des navigateurs, des militaires, des commerçants et dans le domaine intellectuel, des mathématiciens, des philosophes et bien d'autres. La connaissance géographique produite jusqu'au 18^{ème} siècle a un côté épars et parler de géographie comme un tout organisé est alors difficile car la systématisation de la connaissance géographique est seulement apparue à partir du 19^{ème} siècle, époque au cours de laquelle l'investigation scientifique rapprocha la géographie des sciences humaines. Mais ce fut seulement à partir de la deuxième moitié du 20^{ème} siècle qu'est apparue avec vigueur la révolution dans le domaine de la connaissance géographique, avec l'introduction de la quantification dans l'enseignement de la géographie. Cependant, en plein milieu de cette révolution surgit le besoin d'un nouveau concept comme aussi l'adoption de nouveaux paradigmes ayant pour objectif la consolidation de la géographie comme science sociale critique.

Mots clés: Géographie, évolution, systématisation, connaissance, science humaines.

¹ Texto extraído da Tese de Doutorado "Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso", defendida na USP em 07/03/2003.

² Professor Doutor do Departamento de Geografia, ICHS/UFMT.

Introdução

O conhecimento geográfico surge com o surgimento do homem na face da terra. Este, imbuído de um espírito de busca e dotado de mobilidade, ao tomar contato com a natureza, iniciou sua dispersão pela superfície terrestre, rompendo, assim, todos os obstáculos geográficos e deixando o seu vestígio em todo o globo terrestre, fato hoje comprovado através da realização de análises arqueológicas altamente sofisticadas.

O desenvolvimento técnico possibilitou ao homem transformar a natureza e extrair da mesma os elementos necessários para a sua sobrevivência como, também, a fomentação do processo sedentário dando, assim, a origem da propriedade da terra. Através desse processo o homem foi ampliando sua ação sobre a natureza e, ao mesmo tempo, produzindo o seu espaço, originando a formação do território, conseqüentemente, a formação de regiões.

A evolução do conhecimento geográfico até os séculos XVI, XVII e XVIII deu-se de forma dispersa e variada. Somente, a partir do século XIX, que o conhecimento geográfico foi sistematizado, quando da sua incorporação como ciência. Mas, naquele momento, o discurso geográfico limitava-se apenas a enumerar elementos do conhecimento ligados entre si, mascarando a prática política do processo de produção do espaço.

Portanto, neste artigo procuraremos mostrar que a evolução do conhecimento geográfico não se deu de forma linear, pois existem em seu corpo teórico, importantes rupturas epistemológicas que fomentaram o surgimento de novos esboços e integraram novas concepções, situando a Geografia no quadro da evolução científica em geral.

A evolução do conhecimento geográfico

A Geografia é o conhecimento de história mais antiga, isto porque ela aparece com o surgimento do homem na face da Terra, o que é ressaltado por Sodré (1977, p. 13) em sua afirmação: *“desde as primeiras comunidades humanas, a Geografia já contribuiu para os conhecimentos dos diferentes locais daqueles da habitação inicial”*. Nota-se que nesta afirmação de Sodré já inicia a caracterização do conceito de região, pois esta citação mostra que o homem, ao surgir na face da Terra, já era dotado de mobilidade e, ao tomar contato com a natureza, deu início à sua dispersão pela superfície terrestre e, imbuído de um espírito de busca, rompeu todos os obstáculos geográficos como os mares, as cadeias de montanhas, etc., deixando o seu vestígio por toda parte do globo terrestre, o que é comprovado hoje através de análises dos arqueólogos realizadas com técnicas altamente sofisticadas.

Observa-se que o desenvolvimento técnico e a construção de instrumentos de trabalho deram condições ao homem para transformar a natureza e produzir os elementos vitais para a sua própria sobrevivência, abolindo, com isso, a necessidade dos constantes deslocamentos. A partir de então, as comunidades humanas foram se tornando sedentárias, surgindo, assim, o processo de propriedade da terra. Gradativamente, o progresso técnico tornou-se freqüente com o uso da metalurgia e da cerâmica o que deu novo avanço ao desenvolvimento dessas comunidades. Outra atividade humana importante para a ampliação do território e a formação de regiões foi o comércio que contribuiu para aprofundar o processo de transformações espaciais.

Constata-se que, desde as distantes origens, a Geografia foi objeto de atenção, de um lado, de navegadores, militares, comerciantes e, do outro, de matemáticos, historiadores e filósofos. Portanto, ao analisarmos a evolução da Geografia, encontramos uma ampla contribuição ao conhecimento, com uma produção bastante variada de cunho geográfico, sobretudo nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Os conhecimentos geográficos produzidos até o início do século XVII foram sistematizados e compilados na obra de Bernard Varenius – *Geographia Generalis* – publicada em Amsterdã, em 1650. Lembramos que essa obra é considerada como o primeiro tratado de Geografia Física da era moderna e é importante observar que Varenius em sua obra classificou a Geografia em: Geografia Geral e Geografia Especial: a primeira, ocuparia dos aspectos físicos sobre os quais poderiam formular Leis Universais e, a segunda, ocuparia dos estudos de áreas (regiões) cujas características resultariam da interação dos processos físicos e humanos; caracterizando, assim, a dualidade da Geografia, ou seja

Geografia Física e Geografia Humana, uma questão que merece uma ampla discussão, pois percebe-se que a mesma ainda não está bem resolvida.

O conhecimento geográfico, até o século XVIII, encontrava-se disperso. Por um lado, as matérias apresentadas com essa designação eram bastante diversificadas, falar dessa disciplina até o final desse século, como um todo sistematizado e particularizado, era quase impossível. Por isso que, esse período, Néelson Werneck Sodré denomina como *pré-história da Geografia*. No final do século XVIII, a razão se transforma em ciência constituída de modelos experimentais (empirismo), nesse momento o demiurgo platônico e a causa final aristotélica foram afastados e substituídos pela essência humana, por uma maneira de ser-no-mundo.

Portanto, a sistematização do conhecimento geográfico só veio ocorrer a partir do século XIX, isso porque, naquele momento, o conhecimento geográfico era necessário não só para o processo de avanço e domínio das relações capitalistas de produção, como também para a sua própria consolidação. É importante ressaltar que, naquele momento, acontecia a revolução industrial e o capitalismo dava o salto qualitativo, passando da fase concorrencial (mercantilismo) à fase imperialista (industrial) e todos os ramos do conhecimento ficaram submissos à nova fase do capitalismo.

E, ao entrar nessa nova fase, o capitalismo necessitava do conhecimento real do globo terrestre, ou seja, dominar o espaço global para poder pensá-lo de forma unitária. Isto porque a sua projeção exigia articulação de suas relações em escala planetária, fazendo, assim, expandir a área de ação das sociedades européias em termos mundiais. Mas observa-se que o processo de Globalização do espaço só foi concluído ao longo do século XIX, quando já eram conhecidos os contornos gerais da superfície terrestre. E, a partir de então, o ensino da Geografia entra para as universidades européias, oportunizando ao conhecimento geográfico ter um desenvolvimento autônomo com formulações de princípios gerais.

É importante ressaltar que Alexander von Humboldt e Carl Ritter, considerados os fundadores da Geografia Moderna, não a descobriram do nada, haja vista, que Humboldt, botânico, viajou pelo mundo, observando as formações vegetais mais diversificadas, para chegar a conclusões que tais formações estavam na dependência de condições naturais como solos, climas, relevo, etc. E Ritter, historiador e filósofo, viajou pela Europa, permanecendo na Itália vários anos e, baseado no seu conhecimento histórico-filosófico, fez ligações entre as formas que o homem utilizava para a ocupação do espaço. Humboldt fundamentou seus estudos defendendo uma Geografia Geral e Ritter, em sua fundamentação teórica, defendia uma Geografia de cunho Regional; ambos tinham a mesma concepção sobre a Terra, pois a defendiam como um todo harmônico com múltiplas relações, além de tudo isso, ainda, tiveram à sua disposição todo conhecimento produzido anteriormente que foi reatualizado, ajustado e que serviu de base às exigências do discurso científico. Ressalta-se que o surgimento da nova ciência – a Geografia – provocou o nascimento de um novo sistema cosmológico que substituiu o sistema geocêntrico aceito pela igreja, rompendo, assim, com a ordem medieval. A Geografia, a partir de então, passou a adotar a produção da antigüidade clássica como fonte primordial de toda inspiração de seus modelos fundamentais.

Com a evolução do conhecimento geográfico, surgem estudiosos como Ratzel, zoólogo e etnógrafo que, em seus estudos, introduziu o homem no campo geográfico, mas argumentando que pouco o homem podia fazer frente às condições naturais. Com Vidal de La Blache, através de sua produção científica, a Geografia atingiu a independência e se consagrou como uma ciência autônoma, mas La Blache, em oposição às idéias de Ratzel, aprofundou seus estudos numa perspectiva regional para demonstrar que o meio exercia influência sobre o homem, mas, ao mesmo tempo, o homem tinha possibilidades de modificá-lo e melhorá-lo de acordo com suas necessidades e convivência. A geografia tem trânsito tanto nos domínios das ciências naturais como nos domínios das ciências humanas e o seu quadro conceitual apresenta um número razoável de conceitos com atributos tanto naturais como sociais, mas ainda com procedimento metodológico ligado ao positivismo lógico. Como diz Moraes (2000, p. 15):

este berço naturalista é responsável não apenas pela existência do segmento "físico" da ciência geográfica, como permeia profundamente sua parte "humana" e não se trata de

circunscrever tal influência apenas a escola do "Determinismo Geográfico" - sem dúvida uma das fontes e exemplificações de um amplo uso de transformações naturalizantes - cabendo lembrar que para o "antagônico" La Blache, o "Pai da Geografia Humana", esta disciplina permanecia definida como "ciência dos lugares" e não como uma ciência humana ou social.

Neste contexto, lembramos também Lencioni (1997, p. 120) quando diz que:

isso não significa dizer que, em face dessa perspectiva, haja um divórcio teórico entre Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel, muito embora seja freqüente dizer que em Ratzel se situe a raiz do determinismo geográfico, que se contrapõe ao possibilismo de Vidal de La Blache. Cabe indicar que eles compartilham da mesma visão de homem e de natureza, como constituintes de uma unidade, não como opostos.

Nota-se que ambos afirmam em seus estudos, mesmo usando maneiras diferentes de expressão, que o homem depende da natureza para sua sobrevivência. Observa-se que tanto o determinismo com o possibilismo têm, como finalidade, a dominação.

Observa-se no discurso de vários geógrafos a preocupação com o campo teórico e metodológico da Geografia, pois os mesmos, de uma maneira geral, defendem a necessidade de um maior aprofundamento nas discussões sobre os processos de produção do espaço geográfico. Isto porque a abordagem teórica da Geografia, mesmo não negando a existência de teorias geográficas ou conceituações sobre o espaço, apresenta uma fragilidade na sustentação de um campo teórico-conceitual para a mesma com autonomia própria. Neste ponto de vista concordamos com Escolar (1996, p. 12) que critica a geografia afirmando que: *"a mesma necessita de um corpo teórico próprio que inclua corpo metodológico transparente, conceitos e categorias definidas com padrões de interpretações incorporadas à própria ciência"*. E diz ainda que:

é vasta a conceitualização de teorias, mas que o teórico no discurso de qualquer comunidade científica está determinado por duas condições básicas: uma epistemológica, que supõe que o critério de cientificidade assumido pela tradição e grupos atuais garante que os discursos enunciados pelos diferentes setores que o compõem permitem compreender e explicar os fatos da realidade que são o objeto próprio da disciplina: a outra, contextual, que faz referência às problemáticas reais, que, ao responder a determinadas perguntas, podem circunscrever quais são os fatos objetivos da comunidade em questão.

Articulando a primeira com a segunda condição, percebemos a íntima relação que existe entre o que se considera conhecimento (e a forma de produzi-lo), e os objetos e processos em que se concretiza no padrão de seu contexto histórico particular.

Na modernidade, a produção científica é incorporada às transformações que ocorrem na sociedade, onde o primeiro pólo epistemológico é oriundo do projeto de ciência fundado no Século das Luzes, ou seja, século XVIII e tendo como base central a universalidade da razão. Quanto ao segundo pólo epistemológico, este é oriundo do sistema anti-racionalista que surge no final do século XVIII e ganha força no século XIX; esse pólo epistemológico tem como base um movimento de produção que tende a se aproximar da realidade e, através de sua dinâmica progressiva, ele faz da crítica o seu princípio fundador, pois é a partir da crítica que o movimento de progressão se perpetua e se renova. É observado que esse fato prioriza o que é particular, defende que o mesmo só adquire significado no interior de um contexto singular.

Proposta como ciência integradora no último quartel do século XIX, a Geografia significava algo novo. Na verdade, era a criação de uma nova ciência, com um discurso científico que se limitava apenas à enumeração de elementos do conhecimento mais ou menos ligados entre si por diversos tipos de análises, que mascarava a prática política do poder no processo de organização do espaço. Não podemos esquecer que o século XIX foi o século da expansão e consolidação do imperialismo europeu e do novo tipo de colonização dos países da América Latina, Ásia e África, onde os conhecimentos geográficos se constituíram em elementos fundamentais do processo de exploração dos referidos

países. Isto nos mostra claramente que a Geografia do século XIX é filha do Imperialismo e submissa ao Poder Público.

Observa-se que foi nesse período que a Geografia se consolida como disciplina autônoma e se constitui como ciência com status acadêmico definido, encerrando, assim, um processo que foi forjado desde o final do século XVIII. Portanto, a Geografia já nasce oficializada, isto é, a serviço do Poder. Está aí a importância dos conhecimentos geográficos para a exploração da superfície terrestre. Nesse período foram criados centros de estudos com a finalidade de coletar dados de informação sobre os continentes. E a Geografia figurava como um dos principais ramos do conhecimento científico. Portanto, é importante ressaltar que a Geografia tem sofrido alterações ao longo do tempo, hoje ela não é mais uma ciência descritiva, mas, sim, uma ciência que analisa, explica e interpreta o espaço produzido pelo homem, mostrando as causas nas formas de relações entre a sociedade/natureza. Mas, é importante ressaltar que a produção do espaço e a sua constante transformação nunca se concluem, portanto, a reorganização espacial em face das transformações dialéticas provoca sempre a necessidade de reformulação do mesmo. Através desse mecanismo ressalta-se que o processo produtivo do espaço é permanente e faz com que o dinamismo da Geografia necessite constantemente da crítica epistemológica.

A evolução da Geografia contribuiu para que os seus conhecimentos de caráter descritivos fossem substituídos por uma perspectiva explicativa, sistemática e científica. Mas as pretensões científicas da Geografia não nasceram durante o seu desenvolvimento, mas, sim, no decorrer do triunfo da burguesia que, segundo Lacoste (1989, p. 31), nesse bojo surgiram duas Geografias:

uma, de origem antiga, a geografia dos Estados-maiores, é um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referentes ao espaço e transformados em saber estratégico; saber de acesso apenas para as minorias dirigentes que utilizam como instrumento de poder; a outra, a Geografia dos professores que surgiu há mais de um século, contendo no processo ensino-aprendizagem um discurso ideológico de favorecimento ao poder instituído que mascara a importância estratégica das análises sobre a produção do espaço.

Concordamos com Lacoste, pois através dessa prática acontece o esfacelamento da própria Ciência Geografia, além disso, em seu bojo, o dualismo, Geografia: “física” e “humana”, consiste em corpo teórico que por mais de um século foi apontado como a razão de ser da Geografia, tendo nessa teoria a base de sustentação de estudo das interações dos “fenômenos físicos” e dos “fenômenos humanos” e não da totalidade.

Mesmo com o avanço da Geografia desde o final do século XIX, os geógrafos, de um modo geral, não se preocuparam com a discussão do método, deixando-o em segundo plano, até parecia que a Geografia estava livre de perigo, ou seja, isenta de crítica. Ao perceber que o modelo positivista da ciência não explicava mais a realidade, surgiram novas tendências racionalistas no conhecimento científico que colaboraram com o processo de redefinições dos parâmetros, em lugar do determinismo surgia a probabilidade do novo racionalismo. Aí a ciência positivista que defendia um único método a ser aplicado a todos os ramos do conhecimento, passou a defender condutas múltiplas, adaptadas à especificidade dos objetos científicos.

Segundo Gomes (1996, p. 228), os textos de Sauer (1925), Hartshorne (1933) e Schaefer (1953), mesmo escritos em décadas diferentes, contribuíram para uma seqüência de debates na Geografia. Apesar dos anos que os separam, cada um deles tem como base fundamental a geografia alemã do início do século passado. É importante ressaltar que estas três obras tentam estabelecer uma metodologia com o objetivo de fazer da Geografia moderna uma disciplina rigorosa e científica. Assim, é necessário conferir à Geografia rigor teórico-metodológico que requer toda ciência sem mascarar o caráter político do saber da sociedade. Portanto, é preciso que os instrumentos conceituais e metodológicos a serviço da Geografia possibilitem uma análise concreta da realidade.

No final do século XIX surge a expressão “Nova Geografia” usada no meio acadêmico científico em oposição à Geografia Descritiva, Enciclopédica e Tradicional produzida até então. Nova

não só enquanto método, mas, também, enquanto concepção da própria ciência geográfica. Outrossim, era nova porque propunha novos enfoques, novos problemas, novas metodologias e um novo marco conceitual. Mas somente a partir dos anos 70 é que surge na Geografia a crítica, tendo como base estrutural o marxismo, que contrapõe ao positivismo reducionista, corrente que dominou a Geografia durante muito tempo, como diz Soja (1993, p. 58): “*a Geografia Marxista surgida na década de 70 continuou periférica ao marxismo ocidental, só a partir da década de 80 que houve alteração nesse relacionamento, começando a haver um fluxo de idéias e de influências se entrelaçando*”. Mesmo assim, Soja continua afirmando que “*a Geografia se isolou, constituindo um reservatório de conhecimentos factuais que ocasionalmente foram divulgados*”.

A partir de então, começamos a perceber que a produção do conhecimento geográfico ligado ao marxismo, onde o debate crítico com maior aprofundamento das questões foi vinculado à teorização da espacialidade, forçou uma re-estruturação nas bases conceituais e institucionais da Geografia Moderna. Todo esse arcabouço ampliou o debate crítico, reafirmando a posição de um materialismo histórico profundamente especializado, como afirma Soja em seu livro *Geografias Pós-Modernas* (grifo nosso).

Soja em sua afirmação abre espaço à construção de uma Geografia Humana interpretativa e para uma hermenêutica espacial, mas para ele, levar o espaço a sério exige, ao mesmo tempo, uma desconstrução e uma reconstrução muito mais profunda do pensamento e da análise críticos, em todas os níveis de abstração, inclusive a antologia, pois o espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel, enquanto o tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida, a dialética, nesse ponto lembramos Foucault em sua afirmação, citado por Soja (1993, p. 17) que diz: “*no momento atual, a era é do espaço, isto porque estamos vivendo a era da simultaneidade, a era da justaposição, a era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Portanto, hoje não podemos ver o espaço com opacidade*”. Mediante tais afirmações, concordamos com Soja (1993, p. 19), quando diz que, atualmente:

uma Geografia Humana Pós-Moderna e Crítica vem tomando forma, reafirmando impetuosamente, interpretativa do espaço nos confins historicamente privilegiados do pensamento crítico contemporâneo, tendo como objetivo não apagar a interpretação histórica, mas abrir e recompor o território da imaginação através de uma espacialização crítica.

Dentro desta perspectiva o autor vai desenvolvendo um exercício de desconstrução e de reconstrução da crítica social, na reafirmação do espaço. Para o autor, e também concordamos com ele, a imaginação histórica nunca é desprovida de espaço, a Geografia prepara o cenário, mas a História dita a ação e define o roteiro.

Ao discutirmos o espaço na pós-modernidade, não podemos deixar de citar os espaços diferentes de Foucault que substituíram o hierárquico conjunto de lugares da Idade Média, o espaço de localização de Galileu que fora desdobrado em o espaço de extensão, que se distancia do espaço interno de Bachelard, mas Foucault concentrou para chamar a atenção na espacialidade da vida social, num espaço externo, ou seja, no espaço vivido e socialmente produzido, tanto dos locais como das relações entre eles. Os espaços que Foucault denominou de heterotopias de localizações e relações se encontram em todas as sociedades, diferenciando apenas nas formas e essas também se modificam ao longo do tempo, à medida que acontece o desdobramento da história em sua espacialidade inerente. Foucault identifica esses espaços (lugares) citando como exemplo: o cemitério e a igreja, o teatro e o jardim, o museu e a biblioteca, a feira e a cidade das férias, o quartel e a prisão, o hamman muçulmano e a sauna escandinava, o bordel e a colônia. Com essa identificação ele termina por contrastar os lugares reais com os espaços fundamentalmente irrealis (todos, grifos nossos) das utopias, ou seja, as heterotopias, que apresentam a sociedade uma forma aperfeiçoada ou virada de cabeça para baixo; isto porque, a heterotopia é capaz de superpor em um único lugar real diversos espaços, diversos locais que em si são incompatíveis.

Aí, Soja (1993, p. 26) afirma que:

o espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda sua resplandecente variabilidade.

O autor quer dizer que esta afirmação do próprio Foucault é a do espaço vivido (grifo nosso) descrito por Lefebvre, ou seja, a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, que é simultaneamente concreta e abstrata, a textura das práticas sociais. Isto confirma que o espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária e, é também fundamental em qualquer exercício do poder. Portanto, o estudo da organização do espaço é realizado em diferentes enfoques, na organização do espaço temos a construção da Geografia Geral ou Sistemática, denominada de "Geografia Física". Mas se selecionarmos uma área para realizar um estudo global das ações dos fatores físicos e dos fatores humanos, com o objetivo de elaborar a organização do espaço, estamos produzindo a Geografia Regional, denominada de "*Geografia Humana*."

Dentre os geógrafos que produziram conhecimentos geográficos destaca-se Ratzel que defendeu a idéia de ligação entre o solo e o homem, por perceber que através dessa ligação surgia o Estado. A produção dos autores, Hobbs, Spinoza e Rousseau confundem Estado-Nação com Cidade-Estado, por não deixar explícito o Povo, a Nação e o Estado. Apenas em Hegel é estabelecida uma relação racional entre estes termos. Portanto, percebe-se que a Geografia produzida por Ratzel é uma Geografia do Estado, onde a concepção é de um Estado todo poderoso, que alguns autores dizem que Ratzel defendeu o Estado Totalitário de maneira involuntária, mas, ao contrário, ele é consciente daquilo que defendia na formação do Estado, mostrando, claramente, em seus estudos geográficos o papel do Estado no cenário espacial. Assim, mesmo sendo o Estado uma abstração, nós o sentimos e o vimos desde sua área central com toda sua hierarquização interna, através das redes de comunicações até a sua fronteira. Observa-se, também, que Ratzel, na formação do Estado, forneceu as categorias centro x periferia, interior x exterior, superior x inferior que servem de base para a sua própria leitura.

Observa-se que Ratzel, em seu discurso político, produz uma Geografia Política que nada mais é do que uma Geografia do Estado Totalitário. Portanto, o desenvolvimento da Geografia Política, até os dias atuais, quase não houve alteração, pois ainda está sendo produzida nos moldes ratzeanos, isto quer dizer que a teoria do Estado, geograficamente falando, ainda é a mesma do século XIX. Mas os blocos econômicos surgidos atualmente desafiam esta idéia. Entretanto, para realizar uma análise espacial não se pode ficar preso à Geografia Política, porque corre o risco de se limitar apenas às fronteiras, ou então usar uma hierarquia de níveis, que o próprio Estado dispõe para organizar, controlar e gerenciar seu território e sua população.

Raffestin (1993, p. 16) faz a seguinte crítica:

em Ratzel, só existe o poder do Estado, ele só comenta conflitos entre os poderes, como a guerra entre Estados. Outras formas de conflitos como revoluções, que colocam em causa o Estado em sua interioridade, não têm lugar em seu sistema. A ideologia subjacente é exatamente a do Estado triunfante, do poder estatal.

Observa-se que a Geografia Política ou Geografia do Estado é uma ciência do Estado concebida como organismo geográfico em constante movimento. Ela tem como finalidade privilegiar o concebido em detrimento ao vivido. No entanto, só a análise relacional pode ultrapassar essa dicotomia concebido-vivido. Portanto, o espaço estratégico não é caracterizado de uma realidade empírica. Ele é criado pelo conceito de ação, nesse caso pode ser a guerra ou qualquer tipo de organização, de distribuição, de malha ou de corte. No entanto, o estrategista não vê o terreno, a não ser conceitualizado para agir.

É importante frisar que a discussão que se trava hoje a respeito do espaço e do tempo vem provando posições contrárias às do século XIX. Hoje é mais o espaço, do que o tempo, que vem nos ocultando determinadas coisas, como diz Soja (1993, p. 78), a desmistificação da espacialidade e de sua velada instrumentação do poder é a chave para dar um sentido prático, político e teórico à era contemporânea. Já, Harvey citado por Soja (1993, p. 83), afirma que Marx, Marshall, Weber e Durkheim priorizam o tempo e a história em relação ao espaço e à geografia; as relações espaciais e as

configurações geográficas produzidas passam despercebidas por eles. Vejam, Marx admite a importância do espaço e do lugar, mas a variação geográfica é excluída de seus textos, ele a considera como uma complicação desnecessária. Enquanto Massey, também citado por Soja (1993, p. 86), diz que o espaço geográfico é sempre o âmbito do concreto e do particular. O espaço não é um reflexo da sociedade é a sociedade, as formas espaciais são produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana.

Sabemos que a organização do espaço é uma produção social que surge de uma prática do cotidiano e tendo como a principal importância a relação existente entre o espaço emergido e organizado no contexto e as estruturas que existem no modo de produção vigente. O espaço não é um vazio sobre o qual cristalizamos nossas idéias, o espaço é o resultado da produção do homem na natureza. Desta forma, a formação social é ao mesmo tempo a formação espacial, portanto a construção do espaço, aparentemente, é um fato técnico, mas, essencialmente, é um fato social.

Escolar (1996, p. 11) mostra-se preocupado tanto com os problemas de legitimação científica na produção geográfica da realidade social, como com o campo teórico e metodológico da Geografia. Para ele, a abordagem teórica da Geografia, mesmo não negando a existência de teorias e conceitos sobre o espaço, ou sobre os processos de sua produção, não basta para dar sustentação a um campo teórico-conceitual com autonomia. Escolar tem razão nas suas afirmações, pois a Geografia permaneceu um longo período apenas na produção descritiva e não interpretativa do conhecimento.

A Geografia possui os conceitos paisagem, região, espaço, lugar e território que se relacionam entre si, uma vez que todos são ligados à ação humana que modela constantemente a superfície terrestre. É importante atentar que o espaço concebido pela Geografia, como por exemplo na Geografia Positivista, privilegiou os conceitos de paisagem e região e em torno dos mesmos foi fomentada a discussão sobre o objeto da Geografia, caracterizando-a como ciência social, tendo como objeto de estudo a sociedade.

Ressalta-se que as discussões em torno desta temática têm sido bastante proveitosas, trazendo à tona os conflitos e permitindo o aprofundamento e avanços na teoria geográfica. É importante deixar claro que o embate conceitual não é de uso exclusivo da Geografia, pois existem conceitos de valor na economia, de classe na sociologia, de cultura na antropologia e muitos outros.

Vale lembrar que, ao longo do século XX, a produção do conhecimento geográfico engendrou uma aproximação forte com as ciências humanas, tendo como principal objetivo o aprofundamento da investigação científica. Esse procedimento é claro na posição de Demangeon, quando diz que o espaço geográfico se caracteriza pela presença do homem. É claro também na teoria geográfica de Max Sorre que defende a Terra como a morada do homem que tem uma postura teórica semelhante à de Maurice Le Lannou, que define a Geografia como a ciência do habitat humano. Observa-se que, através desse procedimento, o objeto de análise da Geografia se aproxima do procedimento socioeconômico, incorporando cada vez mais a questão regional, como uma realidade empírica de estudo.

Mesmo presente na obra de Ratzel e Hartshorne, o espaço não é um conceito primordial na Geografia Positivista. Para Ratzel, o espaço é a base indispensável para a sobrevivência humana, transformando-se em um elemento decisivo na história do homem, ele na obra, *Antropogeografia*, constrói dois conceitos fundamentais: o conceito de território e o conceito de espaço vital, sendo os dois a base de sustentação da ecologia. O primeiro está vinculado à apropriação de uma porção do espaço, por um determinado grupo social e o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e do aproveitamento da natureza, surgindo, assim, uma relação de equilíbrio entre a população e a natureza, sendo a mesma medida pela capacidade técnica.

Para Ratzel a preservação e a ampliação do espaço vital era a própria razão de ser do Estado. Através da política o espaço é transformado em território, tornando-se um conceito-chave da Geografia. Já para Hartshorne o espaço é absoluto, ou seja, independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência. Para ele, o espaço aparece como um receptáculo que apenas contém as coisas. O termo

espaço é empregado no sentido de área que é somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato, que não existe em realidade, a área em si própria está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localizações. Deixando claro que há uma associação entre a sua concepção de espaço e a visão idiográfica da realidade que resulta numa combinação única de fenômenos naturais e sociais.

É importante ressaltar que, a partir da década 50 do século XX, marcado pelo salto qualitativo do capitalismo, no pós-guerra, passando da fase imperialista concorrencial para a fase imperialista concorrencial monopolista, surge com todo vigor a revolução no campo da Geografia, quando surge a Geografia Aplicada e neste contexto surge a chamada Geografia Quantitativa tida como uma das expressões mais representativas da Nova Geografia, não só quanto ao método, mas também quanto à concepção da própria Ciência Geográfica. Mas o discurso corporativista fomenta a ruptura, exigindo novas metodologias na busca de novo enfoque conceitual. Aí surgem a Geografia Radical e a Geografia Humanista. Mas concordamos com Capel na sua afirmação, que nesse contexto a Geografia tem sido nova em distintos momentos de seu desenvolvimento.

Portanto, a evolução da Geografia não tem sido linear devido à série de rupturas epistemológicas que impõem o surgimento de novos esboços, obrigando a integração de novas concepções. Esses acontecimentos são importantes, pois permitem situar a evolução da Geografia no quadro da evolução científica geral. A existência das "Novas Geografias" pode ser explorada, em primeiro lugar, a partir das idéias existentes sobre as rupturas epistemológicas e, em segundo lugar, sobre as revoluções científicas e a adoção de novos paradigmas, para dar à Geografia um lugar entre as ciências sociais críticas.

Considerações Finais

Nota-se neste artigo que o progresso gradativo da técnica foi incorporando o uso da metalurgia e da cerâmica, proporcionando, assim, o desenvolvimento da sociedade. A Geografia proposta como ciência integradora mostra claramente que a mesma já nasce como ciência submissa ao poder público. Mesmo assim, a sua evolução contribuiu para que seus conhecimentos passassem de descritivos a explicativos.

Observa-se, no entanto, que nesse processo de evolução não houve uma preocupação com a discussão do método, deixando-o em segundo plano. Portanto, necessário se faz dotar a geografia de rigor técnico-metodológico, o qual requer toda ciência sem mascarar o caráter político do saber da própria sociedade, onde os instrumentos conceituais e metodológicos da Geografia possibilitem a realização de análises precisas da realidade.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manoel Correia de. *Globalização & Geografia*. Recife: Universitária UFPE, 1996.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Uma Geografia para o Século XXI*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BALBIM, Renato Nunes. Região, Território, Espaço: Funcionalizações e Interfaces. In: BECKER, Bertha; CHRISTOFOLETTI, Antônio; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro (orgs.). *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CAPEL, Horacio. *Filosofia Y Ciencia en La Geografia Contemporánea*. Barcelona: Barcanova. 1981.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos Obra Revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia : conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.).

- Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. Tradução de Shirley Morales Gonçalves. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard. *A Geografia Ativa*. Tradução de Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson De La Côte e Vincenzo Bochicchio. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- GOMES, Horieste. *A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Granham (orgs.). *Geografia Humana Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Tradução de Mylan Isaack. Revisão Técnica de Pedro Geiger. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira.. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso Serve em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra*. Campinas: Papyrus, 1989.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia - Uma Introdução ao estudo da Noção de Região*. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. (Tese de Livre Docência).
- MESQUITA, Olindina Viana; SILVA, Solange Tietzmann. *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Estado e Política – Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Livre Docência).
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SAEZ, Horácio Capel. *O Nascimento da Ciência Moderna e a América. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Org. e Tradução de Jorge Ulises Guerra Vilalobos. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton (org.). *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo – Problemas Geográficos de um Mundo Novo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo - Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *Introdução à Geografia - Geografia e Ideologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Estado na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.